

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO**

**DESENTORPECER A RAZÃO – O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO
NA CONCEPÇÃO DA POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”**

PROJETO EXPERIMENTAL

Diossana da Costa dos Santos

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Diossana da Costa dos Santos

**DESENTORPECER A RAZÃO – O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO NA
CONCEPÇÃO DA POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”**

Projeto Experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Franz Amaral

Coorientador: Marlon Santa Maria Dias

Santa Maria – RS

2015

Diossana da Costa dos Santos

**DESENTORPECER A RAZÃO – O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO NA
CONCEPÇÃO DA POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”**

Projeto Experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo**.

Aprovado em 14 de dezembro de 2015:

Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Marília Denardin Budó, Dra. (IMED)

Nathália Drey Costa (UFSM)

Santa Maria, RS
2015

AGRADECIMENTOS

Iniciarei meus agradecimentos de uma forma um pouco diferente do que se costuma ver por aí, pois a primeira pessoa que pretendo agradecer, sou eu mesma. Isso mesmo, eu. Queria muito me agradecer por conseguir chegar até aqui, por ter acreditado em mim, por ter tido forças e por não me deixar desistir. Afinal, se não fosse eu, esse trabalho não seria possível. Só para me lembrar que sou capaz. \o/

Quero agradecer também aqueles que contribuem muito para minhas conquistas, seja com apoio moral ou financeiro: mãe e pai. Obrigada, meus amores, por tudo! Obrigada por acreditarem em mim e me apoiarem em todas as minhas loucuras. Geovana e Luciano, eu amo vocês, e nunca caberia aqui tudo o que eu tenho pra agradecer.

Também devo um enooooorme obrigada ao meu namorado, Eduardo Serpa, por todo o apoio que ele me deu durante minha graduação. Obrigada, amor, por toda a dedicação, por compreender os longos dias e finais de semana que ficamos longe e por toda a tua ajuda. <3

Agradeço também aos meus avós, por todo o incentivo que sempre me deram. Obrigada vó Nura, por ser esse exemplo de fibra e força de vontade e por sempre me incentivar a nunca desistir. Obrigada à vó Mari, por estar presente nesse momento. Vô Ari, obrigada por todo o apoio e por sempre levantar a minha moral.

Obrigada ao meu querido tio Kiko, meu segundo pai, por despertar em mim o gosto pela literatura e por ser um exemplo de superação.

Meu irmão mais novo, Vinícius, por me fazer acreditar que um mundo melhor é possível. Valeu, Vini!

Obrigada aos meus amigos e colegas, Arianne de Lima, Cibele Zardo e Eduardo Simioni pelo apoio e pelas risadas. A companhia de vocês fez essa jornada ser muito mais leve e divertida do que poderia ter sido.

Obrigada à professora Viviane Borelli, por ter me acompanhado na primeira etapa deste trabalho e ao meu coorientador, Marlon Dias, por ter seguido comigo, ajudando a dar forma às minhas ideias.

Não sou de ficar dando muitas voltas portanto, resumidamente, gostaria de agradecer a todos que fizeram parte dessa jornada, que caminharam ao meu lado e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Injusto seria citar nomes. A vocês, meu muito obrigada!

Como não pedir ao leitor que jamais se esqueça de que não são só políticas e identidades que estão em jogo, mas, antes, afetos e vidas?

Jean Wyllys

RESUMO

DESENTORPECER A RAZÃO – O PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO NA CONCEPÇÃO DA POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”

AUTORA: Diossana da Costa dos Santos
ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral
COORIENTADOR: Marlon Santa Maria Dias

Este projeto experimental consiste em uma série de reportagens para revista sobre o proibicionismo e suas consequências. Com isso, o trabalho tem como objetivo discutir o papel social do jornalismo na concepção da política de “guerra às drogas” e a forma rasa e estereotipada que a mídia trata do tema. Entende-se a reportagem como gênero que permite trabalhar com a pauta de forma aprofundada e o jornalismo de revista como espaço privilegiado da reportagem, possibilitando uma maior problematização do tema. Temas polêmicos como o proibicionismo exigem do jornalista uma percepção de ambiente e particularidades do assunto e uma pesquisa bem acurada para que não se caia nos estereótipos e estigmas que cercam a temática. A série de reportagens apresentada neste trabalho é composta por cinco reportagens, cujo enfoque é, respectivamente, história da criminalização das drogas, Direitos Humanos, lei de drogas, redução de danos e novas alternativas ao proibicionismo.

Palavras-chave: jornalismo, reportagem, jornalismo de revista, proibicionismo, guerra às drogas.

ABSTRACT

REFRESH THE REASON4 – THE ROLE OF SOCIAL JOURNALISM IN THE CONCEPTION OF POLICY OF “WAR ON DRUGS”

AUTHOR: Diossana da Costa dos Santos
ADVISOR: Márcia Franz Amaral
CO-ADVISOR: Marlon Santa Maria Dias

This experimental project consists of a series of magazine's articles about the prohibitionism and its consequences. Thus, the study aims to discuss journalism's social role in designing the policy of “war on drugs” and the shallow and stereotypical way the media deals with the issue. It is understood the report as a genre that lets you work with the agenda in depth and magazine journalism as a privileged space of the report allowing a greater questioning of the subject. Controversial issues as the prohibitionism require the journalist an environment perception and subject characteristics and a very accurate research so as not to fall into the stereotypes and stigmas that surround the theme. A series of reports presented in this paper consists of five reports , which focuses respectively history of the criminalization of drugs, human rights , drug laws , harm reduction and new alternatives to prohibition .

Keywords: journalism, report, magazine journalism, war on drugs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A BUSCA POR UM JORNALISMO SOCIAL: UTOPIA DA IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA E O PAPEL DO JORNALISMO NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	13
2.1 COMPROMETIMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISMO NA ELABORAÇÃO DE TEMAS COMPLEXOS	13
2.2 A REPORTAGEM COMO FORMA DE APROFUNDAMENTO E REFLEXÃO DA TEMÁTICA	15
2.3 A REPORTAGEM DE REVISTA E O ENRIQUECIMENTO DA PAUTA	17
2.4 A IMPORTÂNCIA DA DIAGRAMAÇÃO NO TEXTO INFORMATIVO	18
3 A RAZÃO ENTORPECIDA NO CAMPO DAS MÍDIAS: A ABORDAGEM MIDIÁTICA EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”	20
3.1 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONCEPÇÃO DO PROIBICIONISMO	20
3.2 DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”	23
4 REPORTAGENS	31
4.1 DE ALIMENTO DA ALMA A INIMIGO NÚMERO UM	31
4.2 DIREITO À VIDA: NEGADO!	31
4.3 CRIMINALIZAÇÃO SELETIVA	31
4.4 SLOGANS ILUSÓRIOS, PROBLEMAS REAIS	31
4.5 O COMEÇO DO FIM DA GUERRA	31
5 PARA ALÉM DA INCOERÊNCIA, RACIONALIDADE E RESISTÊNCIA – REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO PROJETO EXPERIMENTAL	32
5.1 ESCOLHA DO TEMA	32
5.2 ORGANIZAÇÃO DA PAUTA	34
5.3 APURAÇÃO	35
5.4 FONTES	37
5.5 POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”	39
5.6 PRODUÇÃO GRÁFICA	40
5.7 JORNALISMO DE REVISTA	41
5.8 APRENDIZADO E ADVERSIDADES	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	48

1 INTRODUÇÃO

Quem escreve, seja para um jornal, revista ou demais plataformas, não escreve para si, escreve para os outros lerem. Escreve para estabelecer um diálogo com alguém. Para ser ético, segundo Manuel Carlos Chaparro¹, “o Jornalismo tem de assumir, como fonte das suas próprias razões de ser, os valores civilizacionais consagrados pela experiência humana de viver, que dão conteúdo à Declaração Universal dos Direitos Humanos”. O que requer um exercício de cidadania que provoca, a partir dos desafios, inclusive éticos, uma reflexão da responsabilidade social acerca da profissão e de seu papel, que vai muito além de informar fatos em evidência.

A partir da reflexão do papel social do jornalismo, o presente trabalho busca experimentar o gênero reportagem de revista com o tema “O proibicionismo e suas consequências no Brasil”. Partindo da definição de Sodr e e Ferrari (1986) de que o objetivo principal da reportagem não   apenas noticiar um fato, mas sim contextualizar e fazer com que o leitor tenha posicionamento crítico sobre o assunto, entende-se que a reportagem   um gênero que demanda mais dedica o do profissional para com o tema.

Defini o da pauta, apura o, entrevistas, coleta de dados, produ o de texto, produ o visual exigem do profissional conhecimento teórico para um melhor aperfei amento da prática. Sendo assim, o gênero proporciona um imensurável ganho de experiência pela dedica o que se exige na produ o de uma reportagem. Um maior aprofundamento do tema   possível com a reportagem para revista, na qual, para Scalzo (2008), os jornalistas têm mais tempo para pensar na pauta e se aprofundar em determinados assuntos, elaborando mais seus textos, tornando a revista rica em detalhes.

Com base no empenho e desenvolvimento necessário de uma temática no gênero reportagem e levando em considera o a fun o social do jornalismo, escolhi um tema pouco problematizado pela média: a “guerra às drogas”. A forma superficial com que o tema   abordado na m dia faz com que o assunto fique na superficialidade do senso comum, reforçando estigmas e estereótipos. Com base em estudos² nas áreas do Direito, das Ciências Sociais, da História e até mesmo da Comunica o, com a análise de coberturas jornalísticas sobre as drogas ilícitas, percebemos que este   um assunto muito mais complexo do que os

¹ O xis da questão – blog do professor Chaparro. Disponível em: <http://www.oxisdaquestao.com.br/sinteses.asp?pag=7> Acesso em: 15 de nov. 2015

² Saad (2013); Souza E Oliveira (2008); Sampaio, Silva e Fontenele (2010); B es (2012).

grandes veículos de comunicação retratam. O tema é tratado de forma superficial, deixando de lado a problematização social de como a guerra às drogas afeta o país das mais diversas formas.

Esse projeto experimental consiste em uma série de reportagens para revista impressa – também pensada para veicular no ambiente digital (em formato PDF) – sobre o proibicionismo e suas consequências no Brasil. São cinco reportagens. A primeira faz um resgate da história das drogas desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, quando temos a seleção de drogas licitas e ilícitas e a discussão política que gira em torno disso. Na segunda reportagem, escrevo sobre direitos humanos e a impossibilidade de os mesmos existirem em meio a uma política de guerra. Na terceira reportagem, abordo as leis de drogas no Brasil e seu caráter excludente de determinadas populações. Em uma quarta reportagem, é discutido o projeto de redução de danos no Brasil, um projeto de caráter humanizado para tratar os adictos – não somente de drogas ilícitas. E, por fim, na última reportagem, escrevo sobre as alternativas que surgem no mundo todo e seus resultados positivos. Nesta última reportagem, escolhi discorrer sobre a Holanda, pelo pioneirismo em políticas alternativas ao “combate às drogas”; Portugal, por ter um projeto que tem demonstrado mais resultados positivos desde sua criação; e, por fim, o Uruguai, por ser o primeiro país no mundo a trazer uma das drogas ilícitas, a maconha, para o marco legal. Também trato do projeto do deputado federal Jean Wyllys (PSOL- RJ) para a legalização da produção, comércio e consumo da *cannabis* no Brasil.

Com essa série de reportagens me proponho a discutir o papel social do jornalismo e sua importância na construção da cidadania. Pensar em jornalismo e jornalistas como função social é um exercício de reflexão sobre as possíveis mudanças que podem impactar o modelo de negócio que sustenta a produção, publicação e consumo de informação. No jornalismo, a inversão da forma pelo conteúdo elimina a informação como valor social. Essa inversão ocorre quando a forma de apresentação do conteúdo ganha mais valor em relação ao conteúdo ofertado.

É importante ressaltar a responsabilidade que o jornalista tem para com a sociedade. O jornalista que trabalha em uma grande mídia está se submetendo aos critérios dos donos desses veículos, que não dão atenção às situações reais que acontecem em favelas, tribos e outros campos. O trabalho do jornalista não pode ser refém dos veículos e dos interesses políticos de seus donos. Cuidar de temáticas sociais e respeitar a fonte do jeito que ela se coloca na sociedade é uma forma de dar voz a essa temática.

Atualmente, percebemos a transformação da informação em mais uma mercadoria de maneira mais radical, e como consequência a prática do jornalismo com compromisso social, buscando fazer mais do que matérias superficiais sobre temas profundos, parece ter sido esquecida pelos grandes jornais e jornalistas. Além disso, como coloca Chaparro (1998, p.2), o falso paradigma de Opinião x Informação faz com que o leitor acredite ser o jornalismo imparcial e isento de opinião, quando na verdade “o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões”. É possível verificar que dá para se fazer um jornalismo sério, de credibilidade e voltado para questões sociais, sem que isso signifique uma concessão ao poder da mídia voltada quase exclusivamente para o capital.

Atualmente, a atividade jornalística se estrutura também, e cada vez mais, com suporte na internet, tanto para o mercado – as empresas – quando para as iniciativas de jornalistas que se utilizam de plataformas na web para visibilizar seu trabalho. As condições de acesso foram ampliadas, modificando o modo como os atores sociais interagem, gerando a possibilidade de novos espaços de sociabilidade e de resistência à discursos hegemônicos. Frente a essa nova configuração, impulsionada pelo avanço dessas tecnologias digitais, todos os campos sociais se veem impelidos a reorganizar suas rotinas. O jornalismo é um deles.

Com isso, é importante trabalhar com novas formas de obter e circular informação. Além dos bancos de dados, também é possível obter informação à distância e em tempo real de outras formas, como entrevistas por Skype e transmissões de congressos disponibilizadas na web. O conteúdo coletado para a construção dessas reportagens foi obtido, principalmente, de seminários e debates que aconteceram no Rio de Janeiro e foram feitas transmissões online dos eventos. Também algumas entrevistas foram realizadas dessa maneira devido a agenda do entrevistado. Sem essa possibilidade as informações seriam mais limitadas, pois não haveria recursos e nem financiamentos para deslocar-se a todas as cidades em que residiam os entrevistados. Também foram realizadas entrevistas presenciais.

Um desses seminários foi o Seminário Internacional Maconha: Usos, Políticas e Interfaces com a Saúde e Direitos, que aconteceu no Rio de Janeiro em julho de 2015 – primeiro seminário sobre o tema que acontece no Brasil –, onde estiveram presentes autoridades e pesquisadores renomados nas áreas do direito, medicina, política, entre outras. Além de palestras e congressos sobre o tema que estive presente, como a audiência pública com o deputado federal Jean Wyllys que aconteceu em Porto Alegre (RS) em maio de 2015. Cientistas, médicos, juízes, políticos, representantes de organizações que se propõem a debater sobre as drogas de maneira alternativa à repressão, como projetos de redução de danos

e a Leap-Brasil, foram fontes escolhidas para apresentar o tema por um caminho diferente do que se observa na mídia convencional. Além da realização de cinco perfis, utilizados na introdução de cada reportagem, de pessoas envolvidas com a temática das drogas, com o objetivo de demonstrar um lado diferente do que o senso comum sabe sobre esses sujeitos. E, também, por entender-se a importância da versão dos atores sociais do fato.

O tema despertou o meu interesse principalmente por querer compreender porque algumas drogas são ilícitas e outras não. Tive contato com usuários de drogas ilícitas desde muito nova. Eram amigos da família, meus amigos, parentes, pessoas que nunca aparentaram ser aquele estereótipo de usuário que sempre foi representado na mídia. Nenhum deles era violento ou parecia com aquelas pessoas retratadas nas propagandas de conscientização sobre drogas. Ninguém fecha bares porque as pessoas estão bebendo ali, ninguém prende fumantes por estarem fumando. Então, por que esses usuários de outras drogas são criminalizados? Aliás, por que essas outras drogas são criminalizadas? Existe algum critério científico para isso? Elas realmente causam todos os danos que nos dizem? Por que a guerra a essas drogas gerou muitos danos à população, aos usuários, aos cofres públicos, aos jovens que entram no tráfico por verem ali uma oportunidade de mercado. Então, por que essa política ainda é utilizada no Brasil e na maior parte do mundo?

Ao buscar mais informação, deparei-me com o livro “O fim da guerra”, do jornalista Denis Burgierman, em que ele discute a criação de novos sistemas para lidar com as drogas. A partir daí, comecei a notar a forma como a mídia costuma tratar do tema “drogas ilícitas”. A forma superficial e sem maiores discussões e aprofundamento no tema despertou-me interesse de entender o que estava por trás desse discurso. A violência e a criminalidade são debatidas e alarmadas todos os dias pelos veículos de comunicação. As drogas ilícitas, consideradas um “câncer social”, causam um grande temor na sociedade, principalmente pelo tráfico das mesmas ser geralmente associado à criminalidade. A questão das drogas como um problema social a ser enfrentado atualmente, além de ser tratada de forma superficial, culpabiliza o usuário e demoniza o traficante, como se esses fossem os culpados por todos os resultados que essa guerra às drogas tem gerado. Ainda se acredita que tratar as drogas como tabu e condenar os usuários é o melhor jeito de afastar os jovens das drogas. Por mais que existam avanços, estamos longe de compreender o estigma que as drogas criaram na sociedade e de entender o verdadeiro impacto social.

Os seguintes capítulos têm o propósito de discutir as questões apresentadas acima. No primeiro capítulo, a problematização inicial acerca do gênero reportagem, as especificidades das reportagens do jornalismo de revista em forma de dossiê e o papel social do jornalismo.

Em um segundo capítulo, a justificativa teórica do tema, com base nos estudos científicos sobre políticas proibicionistas. No terceiro capítulo, a análise e reflexão sobre o processo de produção das reportagens, onde assumo a primeira pessoa do singular na escrita por considerar a forma mais adequada para narrar o processo de construção do projeto. E, por fim, as considerações finais do trabalho.

2 A BUSCA POR UM JORNALISMO SOCIAL: UTOPIA DA IMPARCIALIDADE JORNALÍSTICA E O PAPEL DO JORNALISMO NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Este trabalho busca, através da experimentação de uma série de reportagens para revista impressa sobre o proibicionismo e suas consequências, refletir acerca do papel social do jornalismo na execução de pautas polêmicas. Assuntos mais complexos, como a política de “guerra às drogas”, exigem maior atenção e cuidado do jornalista desde a apuração, pois são pautas que carregam concepções socialmente estereotipadas e estigmatizadas. Além do mais, transmitir apenas os dados técnicos sobre determinado fato não possibilitam a percepção de ambiente e particularidades do assunto.

Cabe ao jornalista, tendo como matéria-prima de seu trabalho a vida humana, atentar-se para a humanização daquilo que relata. A atenção e dedicação exigidas nesses casos são possíveis no gênero reportagem, que permite o aprofundamento da pauta, com uma apuração mais rigorosa e texto mais longo, possibilitando uma maior problematização do tema. As reportagens de revista são mais específicas nesses casos, permitindo maior tempo para dedicar-se a pauta, atendo-se aos detalhes textuais e imagéticos.

Assim, neste capítulo, dedicamo-nos a problematizar o papel social do jornalismo e como este transforma a opinião das pessoas e suas realidades; o gênero reportagem, que proporciona trabalhar com a temática de forma aprofundada; o jornalismo de revista como um espaço privilegiado para a reportagem; e a diagramação, que se utiliza de recursos gráficos para potencializar a visualidade do produto.

2.1 COMPROMETIMENTO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO JORNALISMO NA ELABORAÇÃO DE TEMAS COMPLEXOS

O fazer jornalístico incide imediatamente sobre a sociedade, atingindo grande parte da população com as informações veiculadas pelos meios de comunicação. Portanto, quando bem praticada, a atividade jornalística não apenas contribui para informar a população, mas pode ajudá-la a modificar a própria realidade, com a construção de ideias e questionamentos inteligentes. Conforme Lage (2011), é através do jornalismo que a informação circula e é transportada para uma língua comum e simplificada, tornando a informação matéria-prima fundamental e o jornalista um tradutor de discursos.

O campo das mídias, a partir de seu lugar de fala e correlações de força com vários campos sociais, estruturam nossas relações sociais e a forma como enxergamos o mundo e compreendemos a realidade. Segundo Resende (2014), é legitimada ao jornalismo a tarefa de produzir acontecimentos do mundo por deter tecnologia e direito de fala outorgado por outras instituições produtoras de saber. “A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade da verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro” (RESENDE, 2014, p. 8).

Baseado nos princípios de objetividade e imparcialidade, acredita-se que o jornalista é um transmissor legítimo da realidade dos acontecimentos. Como se fosse possível alguém se despir de toda a sua vivência, aprendizado e visão de mundo para escrever sobre determinado fato. Apurar um fato já conta como ato de parcialidade e, na tradução do mesmo, iremos sofrer influência do ambiente em que estamos inseridos. Quais fontes entrevistar, o que escrever, que palavras utilizar, como ilustrar o acontecimento são decisões do jornalista e não do fato. Porém, o campo do jornalismo, buscando reiterar sua legitimidade para falar sobre o mundo, recorre ao discurso da objetividade e da imparcialidade, que lhe concederam lugar de fala perante os outros campos sociais.

O jornalismo moderno foi construído sobre o falso paradigma da opinião *versus* informação. Sendo assim, a objetividade e a imparcialidade são “vendidas” como pilares do jornalismo. Esse falso paradigma faz com que o leitor acredite ser o jornalismo imparcial e isento de opinião, quando na verdade “o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões” (CHAPARRO, 1998, p. 2). Portanto, o texto jornalístico carrega juízos, interesses e pontos de vista, que ficam claros desde o início do processo de apuração de determinado fato até os elementos visuais utilizados para veicular o mesmo. Esses componentes influenciam na forma como o leitor atribui significados à realidade.

Resende (2014) afirma que quando se busca retratar a realidade do outro, é necessário um olhar que não se reduz apenas à uma dimensão didática e/ou opinativa, pois estas são insuficientes. Por excluírem a personalidade e a individualidade do outro, estas abordagens produzem conteúdo sem novidades factuais e maior problematização dos assuntos tratados.

Ao tratar sobre problemáticas que afetam diretamente a vida de pessoas em situação de vulnerabilidade, como os moradores de periferias e usuários das selecionadas drogas ilícitas, que são as pessoas mais afetadas pela “guerra às drogas”, o jornalismo tem uma maior responsabilidade e deve ser mais humanizado na abordagem de tais temáticas. Deve-se ter um maior cuidado no processo de apuração para não se reproduzir o senso comum a respeito do assunto, estereótipos dos usuários e traficantes de drogas ilícitas, estigmas das comunidades.

Os estereótipos, segundo Freire Filho (2004, p. 47), “ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade, em prol da manutenção e da reprodução das relações de poder, desigualdade e exploração (...)”.

É necessário buscar por fontes alternativas às fontes viciadas, aquelas que acabam sempre se pronunciando sobre determinado fato, além de buscar por especialistas, estudiosos e pessoas que tenham vivência com o fato que se pretende abordar. Conhecer as pessoas envolvidas com a temática e suas histórias é fundamental para ter uma visão mais humanizada do fato. No caso das drogas, é importante entender as esferas que envolvem o tema, como o contexto histórico, as leis, os Direitos Humanos, saúde pública, educação, política, dentre tantas outras, para se ter uma visão mais ampla. Só então, depois de entender toda a complexidade da temática abordada, é que se pode selecionar os enfoques que merecem uma maior atenção e problematização.

Para Kotscho (1995), um bom jornalista precisa saber informar para transformar. O ato de informar consiste em transmitir dados técnicos sobre determinado fato. Esses dados – a exemplo do *lead*³ – não possibilitam percepção de ambiente, contexto emocional e particularidades de um fato. A absorção da informação amparada na objetividade jornalística afeta o entendimento do universo particular de determinado fato por parte do leitor. Se o jornalista escreve para o seu leitor é para ele que deve se pautar. Portanto, cabe ao jornalista o papel não de formar opinião, mas de propor a reflexão.

Essa reflexão que se deve propor ao leitor pode ser melhor trabalhada na reportagem, gênero jornalístico que possibilita explorar a pauta de forma mais aprofundada e detalhada. No caso da política de repressão às drogas, tem-se uma temática complexa e polêmica, que pode ser melhor desenvolvida com uma apuração mais minuciosa, uma pesquisa detalhada sobre o tema, leituras, entrevistas, desenvolvimento textual simples, porém rico em detalhes e informações e uma produção gráfica bem elaborada e que instigue o leitor.

2.2 A REPORTAGEM COMO FORMA DE APROFUNDAMENTO E REFLEXÃO DA TEMÁTICA

³ Refere-se às perguntas básicas – O quê?, Quem?, Quando?, Onde?, Como? e Por quê? – que devem ser respondidas ao leitor já no início da matéria jornalística.

No jornalismo convencional impresso destaca-se a produção de dois gêneros informativos: a notícia e a reportagem (LAGE, 2003). A reportagem, como gênero jornalístico, informa, de modo mais aprofundado, fatos de interesse público. Segundo Sodré e Ferrari (1986), o objetivo da reportagem não é apenas noticiar um fato, pois esse é o papel da notícia, mas contextualizar e fazer com que o leitor tenha posicionamento crítico sobre o assunto. Kotscho (2004) define a grande reportagem como matérias extensas que procuram explorar um assunto em profundidade, cercando todos os seus ângulos.

Segundo Lima (1998), o jornalismo contemporâneo existe como um instrumento mediante o qual as pessoas são informadas do que acontece no mundo. Para cumprir sua missão principal, ele se vale de um mecanismo básico que é a notícia, baseada na pirâmide invertida⁴. No entanto, existem temas que requerem uma abordagem mais ampla e contextualizada, que proporcionem a compreensão de uma mesma realidade sob várias perspectivas, apresentando suas causas e efeitos, incluindo possíveis desdobramentos. A partir daí, surge a reportagem, com o propósito de informar e aprofundar um tema, com uma linguagem mais simples, que atinja um público de perfil variado.

Dessa forma, a reportagem exige ir a fundo, fazer investigações, levantar questões. Portanto, a experimentação da reportagem é de grande relevância para entender os processos exigidos na elaboração da mesma. Conforme Lage (2011), na reportagem, exige-se do jornalista uma apuração, busca por fontes, provas e informações minuciosas.

Sodré e Ferrari (1986, p. 75) consideram que, tanto na produção de livros-reportagem como na produção diária dos jornais, “a reportagem amplia a cobertura de um fato, assunto ou personalidade, revestindo-os de intensidade, sem a brevidade da forma-notícia”. Os autores assinalam como principais características da reportagem: a predominância da forma narrativa; a humanização do relato; o texto de natureza impressionista e; a objetividade dos fatos narrados.

Seguindo o jornalismo de profundidade descrito por Furtado (2013), a credibilidade é benefício do aprofundamento em relação à especulação.

A reportagem é a forma discursiva jornalística mais adequada para quem quer oferecer algo além da instantaneidade. É a partir da análise de causas, da contextualização e das consequências de um acontecimento que podemos compreender melhor os sentidos nele presentes (FURTADO, 2013, p. 151).

⁴ Fórmula que normatiza como as informações devem ser organizadas e apresentadas dentro de uma notícia.

O “como” e o “porquê” ganham grande importância na reportagem, e as características da revista a tornam o veículo mais adequado para o aprofundamento dessas informações (FURTADO, 2013). Segundo a autora, o aprofundamento é uma boa alternativa para a construção de reportagens de qualidade. O que também colabora para manter o maior capital da função, a credibilidade (BERGER, 1998), e justificar a importância do jornalista na sociedade. Portanto, o estilo de reportagem escolhido para a experimentação do trabalho foi a reportagem de revista, que oferece mais detalhes e descrições sobre a temática, dando ao leitor a oportunidade de entender melhor a dimensão do assunto.

2.3 A REPORTAGEM DE REVISTA E O ENRIQUECIMENTO DA PAUTA

A reportagem auxilia o leitor a interpretar determinado acontecimento. No caso da reportagem de revista, ela parte do fato em si para tratar o tema com maior amplitude. Revistas cobrem funções sociais que estão além e aquém do reportar. Podemos caracterizá-las por recrear, trazer análise, reflexão e experiência de leitura. Conforme Scalzo (2008), na reportagem de revista os jornalistas têm mais tempo para pensar na pauta e se aprofundar em determinados assuntos, elaborando mais seus textos, tornando a revista rica em detalhes.

O jornalismo opera através de um veículo, e os veículos são diferentes, atingem o público de formas diferenciadas. Uma publicação semanal, quinzenal ou mensal pode fazer uma apuração mais precisa, ouvir várias fontes, utilizar recursos gráficos, fotografias. A revista permite um jornalismo mais analítico, interpretativo, investigativo. Segundo Vogel (2013, p. 17), “revistas têm temporalidade expandida já por sua periodicidade alongada. [...] desmontam e remontam os noticiários, as atualidades, as vivências”. A missão das revistas, para Scalzo (2008, p. 19), é “destinar-se a públicos específicos e aprofundar os assuntos – mais que os jornais, menos que os livros”.

Através das páginas de uma revista, podemos conhecer a história de uma época, um retrato de uma sociedade. “Ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizaram grupos de pessoas” (SCALZO, 2004, p. 16).

Benetti (2013, p. 45) destaca o poder hermenêutico do jornalismo de revista, o qual considera “um tipo bastante específico de discurso, que constrói sentidos sobre o mundo de forma lenta, fragmentada e emocional”. Para a autora, o jornalismo de revista desempenha seu poder hermenêutico de diversas maneiras como o destaque de temáticas que devem ser

consideradas importantes, concedendo “poder de fala a grupos e ideologias, ao instituir angulações e quadros interpretativos para perceber, avaliar e compreender relações”.

Conforme Scalzo (2008), o leitor dá o significado para a revista, é ele quem diz o que é a revista. A autora afirma que a relação revista x leitor é passional, e essa relação envolve confiança, expectativas, acertos, gerando uma identificação entre o leitor e a revista, o que identifica, por exemplo, um grupo. Elas estão organizadas de modo a captar as necessidades, os anseios, os desejos, os questionamentos dos leitores e transformá-los em pautas, assuntos que rendam matérias e que seduzam aqueles que folheiam suas páginas. A revista é também “um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir uma identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo” (SCALZO, 2008, p. 12).

Produzir uma reportagem de revista pode ser uma atividade extremamente criativa e produtiva, mas que requer trabalho árduo e planejamento para resultar em algo eficaz e envolvente. A revista como um espaço privilegiado para a reportagem, possibilita um aprofundamento mais elaborado do tema e a criação de quadros interpretativos que se relacionam com a época em que o leitor está inserido.

Frente a um cenário de avanços tecnológico-digitais, em que o jornalismo precisa rever a forma como apresentar seus conteúdos, bem como lidar com uma audiência cada vez mais ativa, surge a necessidade de pensar maneiras de fazer com que os conteúdos circulem em novas plataformas. O ideal, no caso de uma série de reportagens, seria transportar esse conteúdo para uma plataforma diferenciada e atrativa, com uma maior possibilidade de recursos visuais diferenciados e interativos. Porém, com a falta de recursos e de tempo para poder formular algo mais elaborado, optou-se pela veiculação de um PDF na web. Isso possibilita uma veiculação integral das reportagens para um maior alcance de público. “O desenvolvimento do Adobe Acrobat PDF, em 1992, representou importante passo para o desenvolvimento de sistemas de publicação de revistas na web” (NATANSOHN *et al.*, 2013, p. 17). Independentemente do sistema operacional da família de fontes, o formato PDF permite que o documento seja visualizado, do jeito que foi gerado, em qualquer computador com um programa leitor.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA DIAGRAMAÇÃO NO TEXTO INFORMATIVO

A diagramação, ou paginação, é disposição dos elementos gráficos, principalmente textos e imagens, em um espaço definido, seja este um jornal, uma revista, um folder, ou uma página de site, dentre várias outras mídias. A preocupação do diagramador, e, conseqüentemente, sua tarefa específica, é dotar as mensagens da devida estrutura visual, a fim de que o leitor possa discernir, rápida e confortavelmente, aquilo que para ele representa interesse (HOELTZ, 2001, p. 5). Entre as diretrizes principais da diagramação podemos destacar hierarquização, identidade, fontes tipográficas, cores, imagens, texto e legibilidade.

Diante das possibilidades gráficas, o diagramador, para obter bons resultados, não pode fazer suas escolhas aleatoriamente. É preciso ponderar que efeitos a combinação dos elementos textuais e imagéticos exercerão na aparência final da página.

Essa premissa se faz fundamental no jornalismo, posto que seu produto é informação escrita, disposto imageticamente em cada folha de jornal e revista. E, enquanto imagem, é necessário que respeite o movimento dos olhos e aguçe a percepção do receptor. Além de facilitar o acesso à informação, o conjunto visual final dos veículos impressos confere identidade e coesão à publicação (TEIXEIRA, 2011, p. 1622)

Portanto, a disposição dos elementos visuais também funciona como um atrativo, pois, mesmo que a informação do veículo traga qualidade, sua credibilidade pode ser questionada se sua visualidade não estiver à altura do conteúdo. No caso do jornalismo de revista, sendo a capa e o formato, o suporte, espessura, acabamento e modo de encadernação do volume, o primeiro contato do leitor com a publicação, “essas características materiais servem para identificar o periódico como ‘revista’ e, a princípio, também como um produto vinculado a um determinado segmento” (GRUSZYNSKY; CALZA, 2013, p. 206) Assim, a diagramação acaba sendo uma das protagonistas do jornalismo de imprensa, pois seus recursos gráficos potencializam sua visualidade.

Após problematizar o campo teórico que se pretende explorar com a experimentação da série de reportagens sobre a política de “guerra às drogas”, se fez necessário uma análise sobre o tema no campo midiático, responsável pela difusão do entendimento público sobre drogas. Para produzir as reportagens sem reproduzir o senso comum, foi necessário antes analisar o que estava sendo produzido pelos veículos de comunicação e de que forma isso colabora para a ratificação das políticas públicas de drogas.

3 A RAZÃO ENTORPECIDA NO CAMPO DAS MÍDIAS: A ABORDAGEM MUDIÁTICA EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”

Este capítulo trata da contextualização do tema da série de reportagens – a “guerra às drogas” e suas consequências no Brasil – e as justificativas para a escolha e a necessidade de uma abordagem mais aprofundada sobre o tema, diferente da forma superficial com que a mídia convencional comumente trata do assunto. Como foi abordado no capítulo anterior, uma das principais características de uma reportagem é o aprofundamento da pauta. Para isto, deve haver uma apuração acurada e criteriosa, sobretudo quando a temática que se pretende desenvolver é polêmica.

As drogas, além de serem pouco problematizadas nos veículos de massa, são tratadas de forma rasa e, qualquer um que entenda sobre o assunto, percebe a falta de uma boa apuração. É certo que, muitas vezes, os jornalistas se veem reféns do tempo, o que não permite um estudo mais profundo sobre a temática e que tem como resultado a reprodução de estereótipos e falácias propagadas pelo senso comum. Há também de se considerar os interesses políticos e econômicos envolvidos na política de “combate às drogas”, o que colabora para que a mesma se mantenha. Frente a esse cenário, refletimos na sequência acerca dos constrangimentos que deram base e que ajudam a sustentar o discurso midiático contemporâneo sobre as políticas proibicionistas.

3.1 A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONCEPÇÃO DO PROIBICIONISMO

As drogas sempre existiram no mundo, e o homem faz uso das mais variadas substâncias há milênios. Porém, faz pouco mais de um século que determinadas substâncias se tornaram ilegais. Esse fato desencadeou uma série de consequências em nossa sociedade. O discurso, que pouco se alterou até hoje, era o de que determinadas substâncias – como maconha, cocaína, ópio, LSD, ecstasy, *crack* – causam enormes danos à saúde. Além de se saber que não há nenhum fator científico ou médico que comprove que essas substâncias são mais nocivas do que as consideradas legais, como o álcool, o tabaco, e até mesmo a aspirina, entende-se que essa política – e não as drogas em si – é a causa do tráfico e de inúmeras mortes.

Segundo o informe da Anistia Internacional de 2014/15⁵, inúmeras mortes e encarceramento, principalmente da juventude negra e moradora de periferia, são causados por essa política de repressão. A força policial brasileira é a que mais mata no mundo, sendo 56 mil homicídios só em 2012. Segundo dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)⁶, estima-se que em 2012 tenham ocorrido 4.900 mortes por consumo de drogas ilícitas⁷ na América Latina e Caribe. Ou seja, o consumo das selecionadas drogas ilícitas mata menos do que a política de “guerra às drogas” que, em definitivo, é motivada muito mais por fatores raciais, econômicos, políticos e morais do que por argumentos médicos ou científicos.

A mídia tem um papel fundamental na propagação desses argumentos. Apesar de vermos um aumento crescente da discussão sobre as drogas nos veículos de comunicação, o tema ainda não tem a profundidade que necessita e os discursos acabam sendo fundamentados com base no senso comum. Informa-se sem uma maior problematização, não se instiga o leitor a refletir sobre a sua realidade.

Na maioria das vezes, essas discussões ficam restritas ao âmbito acadêmico – onde as políticas de drogas já são amplamente debatidas – e a maioria da população não toma conhecimento das consequências dessa política e das esferas que ela engloba, como educação, segurança, saúde pública e Direitos Humanos. Com a exceção de coletivos e iniciativas que se propõem a debater o tema – como Marcha da Maconha⁸, Leap-Brasil⁹, Da proibição nasce o tráfico¹⁰, Growroom¹¹ –, não há uma maior discussão nos âmbitos sociais. A mídia, com um discurso proibicionista, equivocado e exclusivo, devido ao seu grande alcance e fácil acesso, acaba por prevalecer ao debate esclarecido.

⁵ Anistia Internacional – Informe 2014/15. O estado dos Direitos Humanos no mundo. Disponível em: http://fw.atarde.uol.com.br/2015/02/relatorio-anistia-internacional-cabula-mortes-salvador_1496488.pdf. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁶ World Drug Report 2014. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_drugs/Publicacoes/World_Drug_Report_2014_web.pdf. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁷ A ONU classifica como mortes relacionadas com drogas os óbitos por overdose, consequência da transmissão de HIV ao injetar drogas, suicídios e traumas não intencionais sofridos por usuários.

⁸ Marcha da Maconha (Global Marijuana March) é um evento que ocorre anualmente em diversos locais do mundo. Trata-se de um dia de luta e manifestações favoráveis a mudanças nas leis relacionadas a maconha, em favor da legalização, regulamentação de comércio e uso. No Brasil, a Marcha acontece desde 2002.

⁹ Criada em 2002, a Law Enforcement Against Prohibition (Leap) é formada por integrantes das forças policiais e da justiça criminal, na ativa e aposentados, que falam sobre a falência das atuais políticas de drogas. No Brasil, a entidade atua desde de 2012.

¹⁰ Da Proibição Nasce o Tráfico é uma campanha criada para estimular o debate público no Brasil, através de estratégias criativas de comunicação, sobre os danos que a proibição de determinadas drogas causa à sociedade.

¹¹ O Growroom é um espaço de redução de danos para usuários de *cannabis* e uma plataforma de ativismo, convivência e troca de experiências. Defendem o cultivo caseiro como alternativa segura e consciente ao mercado ilegal da *cannabis*, amparado pela atual política de drogas proibicionista.

Na maioria das vezes, jornalistas escrevem sobre o agora. Devido ao curto prazo que se tem para veicular a informação, não há como pesquisar e se aprofundar sobre os temas, mesmo os que merecem uma maior atenção devido sua complexidade. Mesmo que a mídia conceda espaço ao tema, ao tratar deste de forma rasa, reproduz preconceitos e estigmas, demonstrando falta de responsabilidade e comprometimento com seu público. Segundo pesquisa divulgada no relatório “Mídia e Drogas – O Perfil do Uso e do Usuário na Imprensa Brasileira”¹², desenvolvido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), há uma forte tendência nas coberturas jornalísticas em relacionar a condição do usuário de drogas à dependência química ou ao crime. A pesquisa mostrou, por exemplo, que a palavra “bêbado” aparece em 9,9% das matérias. “Usuário”, “dependente” e “viciado” são as mais utilizadas para se referir ao usuário de drogas nas reportagens. O estudo mostrou também que a cobertura é fortemente centrada nas relações do usuário com a violência. Cerca de 30% das matérias têm esta perspectiva como foco central.

Os dados mostraram também que em 88,2% das matérias a legislação não é citada e, em 92,4% o Judiciário também não aparece. Segundo o relatório, não é possível estimular a sociedade a debater sobre políticas públicas para as drogas se ela não conhece a legislação e a imprensa não a divulga. A pesquisa mostra ainda que, embora a discussão sobre políticas na área de drogas desenvolvidas em diversos países ao redor do mundo esteja em evidência, apenas 11,5% dos textos analisados pela pesquisa mencionaram essa questão. Entre o material analisado, 51,7% discutem prevenção de maneira central, no entanto, as autoridades de saúde são ouvidas em apenas 0,8% dos textos. Segundo o relatório, os debates serviram para reforçar ainda mais as convicções de que a sociedade precisa discutir mais profundamente a presença das substâncias psicoativas no contexto de vida de seus cidadãos.

A maioria da população não tem meios para se informar sobre a história da proibição das drogas, sobre a origem dessas leis, instituídas há duas ou três gerações. Vivemos hoje o mito de que essas leis são fundadas em justiça e na proteção da saúde pública, quando na verdade essas leis são fundadas em ignorância e preconceito. Essa história precisa ser desenterrada, descoberta.

¹² O relatório foi construído em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, com a colaboração de jornalistas, pesquisadores, redutores de danos, profissionais de saúde e usuários de drogas. A publicação é fruto de um seminário que aconteceu há um ano e tem como foco os dados da pesquisa, que foi realizada pela Andi e pelo Ministério da Saúde. O trabalho estudou o tratamento editorial dado pela imprensa escrita quando o assunto em pauta é o uso de drogas ou a figura do usuário. Foram analisadas matérias veiculadas entre agosto de 2002 e julho de 2003, por 49 jornais e três revistas de circulação nacional e 22 veículos de mídia jovem. Disponível em: <http://www.andi.org.br/inclusao-e-sustentabilidade/publicacao/midia-e-drogas-o-perfil-do-uso-e-do-usuario-na-imprensa-brasi>. Acesso em: 15 nov. 2015

3.2 DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE A POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”

Segundo Saad (2013), no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, intensificou-se a visão de que hábitos e práticas dos negros seriam um incômodo para a concretização das ambições por uma nação civilizada no cenário político de uma Abolição e uma República recém-decretadas. As práticas culturais dessa população, como o uso da maconha, seriam obstáculos à modernização e ao progresso, pois, no caso da *cannabis*, como relata Saad (2013), seus usuários tenderiam a adquirir comportamentos imorais, violentos e insanos.

De acordo com a pesquisadora, “através da ciência, buscava-se legitimar o poder do homem branco e promover a manutenção da hierarquia social” (SAAD, 2013, p. 5). O discurso discriminatório propagado pela medicina da época foi reproduzido e naturalizado pelos meios de comunicação. No documentário *Grass: The History of Marijuana*¹³, podemos perceber esse fenômeno através da propaganda política nos Estados Unidos que, através de sua influência cultural e econômica, pressionou países do mundo todo a adotarem a política de “combate às drogas”, indiretamente criminalizando os usuários das selecionadas drogas ilícitas.

A campanha mais agressiva em relação às drogas foi da do presidente estadunidense Ronald Reagan, que declarou “guerra às drogas”, dando base ao modelo adotado por outros países. A primeira dama estadunidense, Nancy Reagan, apostou na campanha publicitária que falava aos jovens para apenas dizerem não às drogas – *Just say no* (Figura 1) –, fundamentando seu discurso em moralidade e sustentação da família. Ao presidente Reagan coube reforçar as leis punitivas para produção, consumo e comércio das drogas ilícitas e o aparato militar e instalar bases militares na América Latina, onde estavam os países produtores que contaminavam os EUA com o tráfico de drogas.

¹³ Grass: The History of Marijuana. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fVy_Ez3LurU. Acesso em: 1 nov. 2015



Figura 1. Primeira dama estadunidense, Nancy Reagan, em um comício em Los Angeles, discursando sobre a campanha Just say no.

Souza e Oliveira (2008) confirmam o enfoque reducionista da mídia em relação às drogas em artigo que analisam reportagens publicadas em um jornal de grande circulação do estado da Bahia. Conforme os autores, o veículo reproduz a ideia de vinculação das drogas com o fenômeno da violência, atribuindo a essas substâncias a responsabilidade pela prática de atos violentos; além de divulgarem imagens estereotipadas de pessoas envolvidas com drogas, centrado no sexo masculino, de etnia negra e residente em bairros periféricos. Também apontam a ausência de protagonismo feminino em relação às drogas, caracterizando como algo atípico, remetendo a uma questão de gênero que predomina na sociedade brasileira, na qual a mulher é vista como passiva, naturalmente dócil e menos propensa a práticas violentas.

Sampaio, Silva e Fontenele (2010) analisaram uma série especial de reportagens sobre o crack, publicadas no jornal cearense Diário do Nordeste no ano de 2009. Segundo as autoras:

Muitas vezes, quando existe a tentativa de realizar um jornalismo analítico, acaba-se pecando pela falta de profundidade na abordagem dos temas e os reais questionamentos que os envolvem. Quando trata-se de assuntos socialmente complexos como as substâncias ilícitas, é muito comum a ocorrência de problemas com os termos utilizados. Frequentemente são usadas palavras que agregam valores

que criminalizam as pessoas envolvidas (SAMPAIO; SILVA; FONTENELE, 2010, p. 2).

Dentro da política de repressão às drogas, as percepções que se tem do usuário são as de “bandido” e “perdido”, aquele que não tem mais jeito. Como apresento na reportagem que trata sobre a redução de danos, para o neurocientista estadunidense, Carl Hart, questões econômicas e sociais complexas foram reduzidas a problemas de justiça criminal, inclusive um número maior de recursos foi direcionado à aplicação das leis, ao invés de ser direcionado às necessidades reais dos bairros, tais como a melhoria da educação e criação de empregos. O neurocientista fala da realidade dos EUA, mas que facilmente pode ser notada no Brasil. Uma série de problemas, incluindo as taxas de dependência sem precedentes, crime e desemprego, são atribuídos ao uso do crack feito por essas pessoas.

As abordagens das campanhas de combate às drogas parecem desconsiderar os fatos citados acima. Drogas são um tabu na sociedade, não é permitido nem pensar sobre elas. Tomemos como exemplo a campanha *Crack, nem pensar*, veiculada durante os anos de 2009 e 2010 pelo grupo RBS, afiliado à Rede Globo e principal grupo midiático no estado do Rio Grande do Sul. Em muitas das imagens da campanha, os usuários se assemelhavam a zumbis e personagens de filmes de terror (Figuras 2, 3 e 4), assim como em outras campanhas que circularam no país nos últimos anos, como a veiculada no Youtube intitulada *Zombie – A Origem*¹⁴, tirando a humanidade dessas pessoas e legitimando práticas violentas e abusivas contra as mesmas, além de, dessa maneira, afirmar a incapacidade de recuperação do usuário e possibilidade de reinserção social deste. Com caráter emotivo e ausência de informação científica, essas campanhas têm como objetivo amedrontar ao invés de informar.

¹⁴ Campanha “Zombie – A Origem”, veiculada no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zaOB7hFcGkU>. Acesso em: 15 nov. 2015.



Grupo **RBS**

Vender o corpo por uma pedra de crack.

Não experimente essa sensação.

O crack é uma droga tão devastadora
que pode viciar logo na primeira vez.

www.cracknempensar.com.br

CRACK
NEM PENSAR.

Figura 2. Peça da campanha *Crack, nem Pensar* do grupo RBS.



Grupo **RBS**

Perder totalmente a dignidade.

Não experimente essa sensação.

O crack é uma droga tão devastadora
que pode viciar logo na primeira vez.

www.cracknempensar.com.br

CRACK
NEM PENSAR.

Figura 3. Peça da campanha *Crack, nem Pensar* do grupo RBS.



Figura 4. Peça da campanha *Crack, nem Pensar* do grupo RBS.

A campanha *Crack, nem pensar*, que veiculou em diversos meios do grupo RBS – televisão¹⁵, rádio e impresso – cria um ambiente de medo que se assemelha aos filmes de terror. Pessoas brancas são retratadas em situações degradantes que simbolizam pesadelos. As imagens buscam despertar no público repulsa da droga ao dizer que a mesma pode levá-lo a “dor, prostituição, roubo e assassinato”. O público alvo da campanha é a elite branca que não teve contato com a realidade dos usuários, e não deve nem experimentar essa sensação, absorvendo conhecimento abstrato sobre a droga. O discurso das peças afirma que as crianças e adolescentes são as maiores “vítimas” do *crack*, colocando a droga como agente, de quem o telespectador deve se proteger. A única pessoa mais velha que aparece na campanha é uma senhora com semblante desolado, o que remete a mãe de um usuário. Ao dizer para não fechar os olhos para essa realidade, inserindo a figura materna, culpa-se a mesma pela falta de zelo pelo filho, o que o levou ao vício e tais consequências.

¹⁵ Vídeo da campanha *Crack, nem pensar* do grupo RBS exibido em TV aberta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Kn86l068jw. Acesso em: 15 nov. 2015.

As considerações e dados apresentados no estudo de Böes (2012), que analisou os 18 meses em que circularam a campanha do grupo RBS, demonstram a exclusão dos usuários e o elevado índice de aplicação de formas públicas violentas de tratamento do crack. O autor afirma que, dessa forma, a sociedade e os atores do sistema democrático não estão pensando a questão, que é demonstrada muito mais do ponto de vista ideológico da segregação e criação de uma “floresta suburbana”.

Em 8 de março de 2015, Zero Hora, jornal impresso do grupo RBS, publicou uma reportagem intitulada *O que é importante saber para se posicionar sobre a legalização da maconha*¹⁶. O veículo entrevistou juristas, psiquiatras, parlamentares, policiais, ativistas, religiosos, entre os quais alguns eram favoráveis e outros discordavam de uma maior abertura nas políticas relacionadas à *cannabis*.

Com a recente legalização da maconha no Uruguai e no estado do Colorado, nos EUA, a pauta se tornou inevitável. Porém, a questão fica reduzida somente à maconha, ao invés de tomar o assunto como gancho para uma maior problematização das atuais políticas de drogas. O uso medicinal também não se restringe à *cannabis*. Em outros países, já existem pesquisas que utilizam cocaína, LSD, cogumelos alucinógenos, entre outras drogas tidas como ilícitas, no tratamento das mais variadas doenças. No Brasil, no final de 2015, o neurocientista Eduardo Schenberg lançou um *crowdfunding* para financiar o primeiro estudo brasileiro sobre o MDMA, princípio-ativo do ecstasy, no tratamento de estresse pós-traumático.

Além do assunto ser reduzido apenas à questão da maconha, como muitos dos veículos de comunicação do país têm feito, nota-se na matéria de Zero Hora a falta de fontes especialistas para falar sobre o tema, que tenham conhecimento e/ou vivência suficiente para afirmar algo em relação ao assunto.

Também é observado uma divisão de pensamento dos entrevistados, como tentativa de demonstrar a imparcialidade do veículo, quando na verdade comprova a falta de aprofundamento e problematização das questões que envolvem a maconha e sua proibição, como o racismo e a criminalização das populações mais vulneráveis.

Apesar de tratar da diferenciação dos termos legalização e descriminalização, proibição e uso terapêutico, fica subentendido na entrevista com Ilona de Carvalho, coordenadora-executiva do Secretariado da Comissão Global de Políticas sobre Drogas, que legalizar seria o mesmo que “liberar” as drogas. Ao titular a matéria com aspas da entrevistada – “*Proibição*

¹⁶ Matéria veiculada em Zero Hora, intitulada “O que é importante saber para se posicionar sobre a legalização da maconha”. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-maconha-e-hora-de-legalizar/>. Acesso em: 15 nov. 2015.

geral ou legalização geral não são viáveis” – o veículo transfere a responsabilidade de tal afirmação à Ilona.

Em termos gerais, o veículo trata o tema de forma rasa, dando pouco espaço para entrevistados como o delegado e membro do Leap-Brasil, Orlando Zaccone D’Elia Filho, ou o médico Drauzio Varella, que possuem um vasto conhecimento sobre o tema. O que o jornal não passa para os seus leitores, assim como a maioria dos veículos de comunicação de massa no país, é que trazer apenas uma das drogas para o marco legal é continuar no âmbito proibicionista, o que não solucionaria totalmente os problemas causados pela política de “guerra às drogas”, como o encarceramento e discriminação das populações vulneráveis, como os moradores de periferias.

É necessário repensar as formas de representação e reprodução do senso comum por parte destes veículos. Também é preciso questionar sobre o que os motiva a continuarem perpetuando esses discursos vazios de questionamentos e maiores problematizações, pois, quando iniciei minha busca sobre as drogas, constatei ser relativamente fácil encontrar informação sobre o tema. Na verdade, todo o dia surgem novos estudos sobre as drogas no mundo todo. Assim como fontes dispostas a falar sobre o tema. Políticos, juízes, médicos, sociólogos, entre inúmeros profissionais de diversas áreas, que se dispuseram a estudar a temática das drogas e repensar os conceitos socialmente reproduzidos. Além, é claro, dos diversos congressos e debates que têm acontecido para discutir a atual política de drogas, como os desenvolvidos por entidades como a Leap-Brasil e a Fiocruz.

Drogas são um assunto urgente e inesgotável. Para poder ter uma maior profundidade e problematização do tema e ao mesmo tempo conseguir passar por campos relacionados às drogas que exigem atenção, escolhi cinco temáticas para trabalhar sobre o proibicionismo e suas consequências no Brasil.

A primeira reportagem faz um resgate da história das drogas desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, onde temos a seleção de drogas lícitas e ilícitas e a discussão política que gira em torno disso. Na segunda reportagem, escrevo sobre direitos humanos e a impossibilidade dos mesmos existirem em meio a uma política de guerra. Na terceira reportagem, abordo as leis de drogas no Brasil e seu caráter excludente de determinadas populações. Em uma quarta reportagem, é discutido o projeto de redução de danos no Brasil, um projeto de caráter humanizado para tratar os adictos – não somente de drogas ilícitas. E, por fim, na última reportagem, escrevo sobre as alternativas que surgem no mundo todo e seus resultados positivos. Nesta última reportagem, escolhi discorrer sobre a Holanda, pelo pioneirismo em políticas alternativas ao “combate às drogas”; Portugal, por ter um projeto

que tem demonstrado mais resultados positivos desde sua criação; e, por fim, o Uruguai, por ser o primeiro país no mundo a trazer uma das drogas ilícitas, a maconha, para o marco legal. Também trato do projeto do deputado federal Jean Wyllys (PSOL- RJ) para a legalização da produção, comércio e consumo da *cannabis* no Brasil.

Os meios de comunicação de massa possuem considerável influência na reprodução e produção de valores, crenças e conhecimentos nas sociedades contemporâneas, fundamentando a construção e disseminação de representações sociais. Portanto, diante da adoção da política de “guerra às drogas” pela mídia, sustentada por uma visão jurídica da ilegalidade, utilizando-se da linguagem repressora, cujo objetivo não consiste em informar, mas sim convencer o leitor, limitando a possibilidade de elaboração de uma concepção própria por parte deste, é notável a falta de uma maior problematização e aprofundamento por parte da mídia em relação às drogas.

Depois de levantar as principais questões teóricas sobre o projeto experimental, o próximo capítulo abordará as reflexões da prática desenvolvidas na elaboração da série de reportagens, como a escolha da pauta, apuração, fontes, entre outros aspectos.

4 REPORTAGENS

Entregues separadamente.

4.1 DE ALIMENTO DA ALMA A INIMIGO NÚMERO UM

4.2 DIREITO À VIDA: NEGADO!

4.3 CRIMINALIZAÇÃO SELETIVA

4.4 SLOGANS ILUSÓRIOS, PROBLEMAS REAIS

4.5 O COMEÇO DO FIM DA GUERRA

5 PARA ALÉM DA INCOERÊNCIA, RACIONALIDADE E RESISTÊNCIA – REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO PROJETO EXPERIMENTAL

Nas páginas que seguem, dedico-me à reflexão sobre a experimentação proposta e realizada neste trabalho de conclusão. Assumo o uso da primeira pessoa do singular nesta escrita, pois é a forma que considero mais adequada para narrar o processo de construção deste trabalho, que se relaciona também a minha trajetória. Este capítulo apresenta as escolhas feitas – da pauta e fontes até os elementos gráficos que compõem a diagramação das reportagens. É um exercício refletivo que todo o jornalista deve fazer e que, muitas vezes, não consegue, pela rotina produtiva cansativa, resultado de uma precarização que atinge inúmeras redações e que, cada vez mais, dificulta o trabalho dos repórteres.

Relato os aspectos que influenciaram a escolha do tema desenvolvido, os motivos que levaram a optar pela reportagem e, mais especificamente, pelo jornalismo de revista e seus aspectos visuais, a escolha das fontes, coleta de dados os aprendizados proporcionados pela realização desse projeto experimental e as adversidades no percurso do mesmo.

5.1 ESCOLHA DO TEMA

Comecei a me interessar e pesquisar sobre a temática das drogas e das políticas de proibicionismo quando as campanhas de alerta contra o consumo de *crack* começaram a ser veiculadas constantemente na mídia. Ao mesmo tempo, surgiam coletivos para discutir a legalização da maconha, dentre eles a Marcha da Maconha, movimento destinado à promoção de fóruns e disseminação de informações, bem como à realização de manifestações que trazem à cena pública e midiática a pauta da legalização. Algum tempo depois, deparei-me com o livro “O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas”, do jornalista Denis Burgierman. Ao ler o livro de Burgierman, percebi que não sabia praticamente nada sobre as drogas. Tudo o que me era passado sobre as drogas é que eu deveria ficar longe delas porque elas não nos faziam bem. Essa ideia sobre as drogas não era uma visão isolada, mas compartilhada pelas pessoas que eu conhecia. Uma ideia que povoa nosso imaginário e que advém, em grande parte, por influência das informações veiculadas pelas mídias, das matérias jornalísticas às ficções televisivas.

Eu nunca havia parado para refletir sobre o assunto, mas nunca conheci alguma pessoa que tenha morrido por usar drogas, nem mesmo o *crack*. Aliás, as únicas pessoas que conheci cujas mortes tinham sido causadas pelo consumo de drogas, eram usuários de drogas lícitas: o álcool e o cigarro. Lembro também que estranhava, quando criança, ao passar pela farmácia no centro da cidade e ver o letreiro “DROGARIA”, assim mesmo, em letras garrafais. Depois, pela minha curiosidade, fiquei sabendo que remédios também eram drogas, mas o que me diziam é que aquelas eram “drogas boas”, enquanto as selecionadas drogas ilícitas eram ruins.

Na adolescência, tive contato com pessoas que usavam maconha, cocaína, LSD e ecstasy. Estudei em escola municipal e depois em um colégio estadual, então muitos dos meus colegas vinham de famílias pobres. Alguns deles vendiam drogas ilícitas para ganhar dinheiro e poder comprar o tênis ou o boné “do momento”. Nenhuma dessas pessoas me parecia ameaçadora ou descontrolada, ninguém batia na mãe ou roubava dinheiro de casa para comprar drogas.

As pessoas que eu conhecia e usavam drogas ilícitas não correspondiam ao estereótipo de drogado que era, e ainda é, socialmente propagado. Essas imagens dissonantes entre o que me era familiar e o estereótipo despertaram em mim uma curiosidade em relação às drogas. Depois de entrar na faculdade de jornalismo, comecei a dar maior atenção ao que era falado sobre o assunto na mídia e cada vez mais ia percebendo o quão vicioso, estereotipado e fundamentado no senso comum era aquele discurso. Mas, então, por que essas drogas eram proibidas? Será que realmente era uma questão de saúde? Quem são os traficantes de drogas ilícitas? Quem são as pessoas presas por tráfico? Acredito que, assim como eu, a maioria da população não tem essas informações. Eu só consegui desfazer o pensamento socialmente construído sobre as drogas ilícitas depois de muito pesquisar e estudar sobre o tema, depois de ler muitos artigos e ver o que muitos especialistas tinham a dizer sobre o assunto.

Então, percebi que a maioria da população, incluindo muitos dos usuários de drogas ilícitas, não tem acesso a essas informações, a outras perspectivas sobre o assunto. Acredito que, cabe a nós, jornalistas, rever o modo como construímos os discursos que destinamos aos públicos, ou seja, o modo como também construímos o imaginário social sobre determinados temas. Muitas vezes, a correria das redações, o tempo curto que se tem para publicar as matérias, o imperativo do imediatismo, a precarização do trabalho, são alguns dos impasses para que se possa aprofundar determinados assuntos. Porém, assuntos polêmicos como esse também envolvem o nome de muita gente importante, como o banco HSBC e mais recentemente a Igreja Universal, envolvidos com a lavagem de dinheiro do narcotráfico na

América Latina, o que faz com que muitas empresas façam vista grossa sobre temas como o tráfico de drogas ilícitas.

Quando tive que escolher a temática de meu trabalho de conclusão de curso, não tive dúvidas em resgatar essas questões que há algum tempo me importunavam, afinal, essa era a oportunidade de explorar com a profundidade, pesquisa e atenção que a temática das drogas exige. Sempre achei que o jornalista tinha grande responsabilidade social pelo trabalho que desenvolve e credibilidade que lhe é conferida pelos públicos. Porém, não conseguia enxergar onde estava esse compromisso social ao reparar o conteúdo publicado pela mídia sobre o tema.

5.2 ORGANIZAÇÃO DA PAUTA

Nas primeiras orientações, meu trabalho ainda estava muito amplo. Eu queria falar sobre drogas, mas ainda não tinha ideia de como exatamente abordar o tema. Inicialmente, eu havia pensado em um livro-reportagem, mas acabei optando por uma série de reportagens pela atualidade do tema, pelo tempo que eu teria para realizar o trabalho e por ser mais fácil de fazer recortes. Ademais, ao refletir sobre a melhor forma de apresentar o trabalho, pensei também no acesso que os leitores teriam ao material. Esse foi também um dos motivos que me fizeram abandonar a ideia de escrever um livro-reportagem, afinal, este suporte não permitiria as experimentações gráficas possíveis em uma reportagem para revista, bem como pelo fato de o livro ainda possuir um público mais restrito que a revista, sobretudo por questões de acesso e circulação.

A partir daí, comecei a pensar nos aspectos mais urgentes a serem tratados, passando pelos diferentes âmbitos que têm relação com as drogas. Minha escolha de abordagens foi totalmente reflexiva e com base no que eu julgava necessário a partir do meu conhecimento e do que eu via sendo produzido pela mídia hegemônica. Assim, identifiquei aspectos que careciam de aprofundamento e pontos de vista que o público pouco ou nunca tinha acesso. Busquei trabalhar com temáticas que passassem pelos mais variados campos que são afetados por essa política de repressão, como a segurança pública, saúde, direitos humanos, entre outros. Mesmo buscando o aprofundamento nas reportagens de cada temática, trabalhei em cada área de forma mais ampla, pois há diversos aspectos que podem ser aprofundados dentro de cada uma delas, como o genocídio da população negra, a lavagem de dinheiro do narcotráfico, questões de gênero dos usuários, entre outros. Porém, busquei falar sobre drogas

dessa forma para que o leitor tome conhecimento sobre o assunto e os campos que o envolvem.

Primeiro, pensei que um resgate histórico seria importante para que o leitor fosse situado no contexto do tema. Para isso, seria necessário falar sobre a história das drogas, da proibição das mesmas, de como surgiu a “guerra às drogas”. Depois, falar sobre o proibicionismo na atualidade, como ele atinge determinadas populações e como serve para a criminalização das mesmas. Para realizar isso, entendi durante o percurso da apuração das reportagens que seria necessário falar sobre direitos humanos e da incapacidade de sua coexistência com uma política de guerra. Entender as leis de drogas também é fundamental para compreender como essa política funciona e para quem ela serve. Também escolhi falar sobre saúde pública, ao abordar a redução de danos, uma alternativa à política de repressão para lidar com os usuários. Por último, abordar as políticas alternativas ao proibicionismo no mundo e seus resultados, para que se repense essa política de repressão.

Minha pretensão com a série de reportagens é que as pessoas pensem sobre drogas ao invés de temê-las, repensem essa política de guerra e as consequências do proibicionismo em nossa sociedade. Procuro instigar a reflexão, baseando-me em dados e especialistas no tema.

5.3 APURAÇÃO

Ao iniciar o processo de apuração das reportagens, ao contrário do que eu pensava, deparei-me com um vasto material para ser utilizado. Mais pessoas do que eu imaginava também estavam debatendo o assunto e produzindo conteúdo relacionado ao tema. O problema é que, em geral, só participa dessas discussões quem realmente tem interesse ou algum envolvimento com o tema, pois não é dado que essa discussão é de interesse público, que isso afeta a vida de todos, mesmo que de forma indireta. Além disso, muitos livros e artigos que se propõe a discutir a temática possuem uma linguagem pouco acessível àqueles que não são da área, como no caso do Direito e da Medicina. Portanto, o desafio inicial foi selecionar que materiais utilizar e de que forma, saber o que seria mais relevante e também sempre buscar a informação mais atual. Também foi importante fazer conexões de dados e informações com o tema, como a questão da violência policial e o número alarmante de mortes pela polícia e a relação disso com a política de “guerra às drogas”.

A busca pelos dados iniciou com a procura de artigos relacionados ao tema no Google Acadêmico, em sites e fóruns de coletivos e também na procura por documentários que

tenham as drogas como temática. Para dar credibilidade ao trabalho, procurei sempre priorizar dados de organizações oficiais e que possuem credibilidade pelo seu trabalho, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Anistia Internacional, o Ministério da Saúde, ONGs reconhecidas pelo seu trabalho, sites oficiais. Documentários, artigos e livros também serviram de material complementar, com os links de acesso disponíveis para que o leitor possa buscar e verificar esse material caso houver interesse. Tive acesso a esses materiais, e também aos congressos online, através de mapeamentos feitos na internet, através da busca por palavras-chave.

Ao estar mais próxima desses coletivos e entidades ficou cada vez mais fácil obter informação. A Leap-Brasil, por exemplo, envia informativos aos membros e voluntários a cada trimestre. Com o tempo, também mantive contato com fontes que me mandavam informações que achavam relevantes sobre a discussão. A busca por conteúdos relevantes na web também foi facilitada após o lançamento da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)¹⁷, em maio de 2015. O espaço que reúne organizações, ONGs e movimentos sociais que desejam uma visão mais voltada para a saúde pública e para os direitos humanos na política de drogas no Brasil.

Ao ter acesso a esses materiais e dados, busquei saber das fontes que falavam sobre o assunto, suas especializações e o que as legitimava como autoridades na temática. Assim cheguei a juízes, médicos, policiais, jornalistas, políticos, profissionais das mais diversas áreas, a maioria pesquisadores, que buscavam discutir a questão das drogas com base na ciência de suas áreas específicas e também de suas vivências como profissionais.

Ao mesmo tempo, procurei por materiais midiáticos que estavam produzindo conteúdo relacionado ao tema. Os materiais jornalísticos que tive acesso e considerei o conteúdo relevante sobre a questão, como uma edição da Revista Superinteressante que tinha a maconha como tema, e uma reportagem do jornal independente Tabaré, de Porto Alegre, sobre a legalização da maconha no Uruguai, tinham o discurso centrado na discussão sobre a maconha, ignorando uma discussão mais ampla sobre as drogas em geral. Assim como a maioria dos coletivos, fóruns e congressos, que também dão maior visibilidade para a temática da *cannabis*.

Com novos métodos de trabalho e processos viabilizados pelas mídias digitais, há muitas possibilidades de fazer um bom trabalho de novas maneiras. Com as facilidades que o avanço tecnológico proporciona, temos a nossa disposição uma série de estudos atualizados

¹⁷Plataforma Brasileira de Drogas (PBPD). Disponível em: <http://pbpd.org.br/wordpress/>. Acesso em: 15nov. 2015.

sobre o tema, discussões em fóruns, congressos com transmissões online e até mesmo congressos realizados somente na web, como o Connabis 2015¹⁸, primeiro congresso online sobre maconha, realizado entre os dias 24 de agosto e seis de setembro de 2015.

Também foi possível realizar entrevistas à distância, seja por Skype ou por e-mail. Entrevistas presenciais são mais fáceis de conduzir, porém, com a falta de pessoas que estudem temáticas que envolvam as drogas na cidade e até mesmo no estado onde resido – Santa Maria, no Rio Grande do Sul –, tive que conversar com fontes de outros lugares, em grande maioria do Rio de Janeiro. Deslocar-me para todos esses lugares seria inviável, tanto pelo gasto que isso demandaria como também pelas obrigações e compromissos do semestre letivo.

5.4 FONTES

A maioria das fontes se mostrou receptiva à minha abordagem. Como já dito, o contato com essas fontes se deu através de conversas presenciais e também por programas de conversação online. Com aqueles que não conversei presencial ou virtualmente, obtive informações principalmente no Connabis, onde inclusive os participantes podiam enviar suas perguntas, e no Seminário Internacional Maconha: Usos, Políticas e Interfaces com a Saúde e Direitos, realizado em julho de 2015 no Rio de Janeiro, o qual teve transmissão online.

A escolha dessas fontes se deu, obviamente, pelo fato de terem alguma relação com o tema, seja por suas pesquisas ou por fazerem parte de organizações que tem relação com a temática das drogas. Justamente por notar uma carência de fontes especializadas na temática nas matérias apresentadas pela mídia convencional, busquei por pessoas que tivessem conhecimento do assunto e pudessem dar maiores explicações, fugindo de fontes viciadas – que comumente aparecem em matérias sobre o tema – e que pouco aprofundam ou problematizam as questões referentes à temática. Algumas das fontes utilizadas na série de reportagens se repetem, pois dominavam mais de um assunto relacionado ao tema.

Como vimos no segundo capítulo, a mídia absorve e reproduz muito do discurso de outros campos, como o policial e o médico. A reiteração de falas superficiais reforça os estereótipos do policial que luta contra o tráfico, do usuário bandido e/ou perdido que

¹⁸ Connabis 2015, primeiro congresso online sobre maconha. O congresso teve 3.156 inscritos que puderam acompanhar 27 entrevistas apresentadas, com um total de 3.657 visualizações de 16 países diferentes, incluindo o Brasil. Disponível em: <http://connabis.cannabica.com.br/programacao/>. Acesso em: 15 nov. 2015.

personifica a figura de um zumbi, do médico fatalista que abomina as drogas e que vê na internação compulsória a única chance de reabilitação, de líderes religiosos que veem na fé e na conversão a salvação, de políticos que propõem projetos que visam a manutenção de uma guerra contra usuários e populações vulneráveis. Enfim, a narrativa se constrói com tipos já dados.

Por conta disso, busquei especialistas que tensionassem, em seu trabalho diário, esses tipos. Policiais, médicos, pesquisadores, juristas, políticos que se deparam, cotidianamente, com a questão, que se dedicam a pensar mais detidamente sobre ela e que propõem outros vieses para se enfrentar o problema – sem cair em superficialidades ou polarização do tipo “você é contra ou a favor”.

Além disso, senti a necessidade de conversar com pessoas que estão diretamente envolvidas com as questões das drogas em seu cotidiano, principalmente aqueles que são estereotipados pela mídia, como os usuários e traficantes. Para que se entenda como ocorre a dinâmica desses processos de uso e comércio da droga, ao invés de fazermos especulações, buscou-se esses relatos pretendendo aproximar o leitor das situações vivenciadas por essas pessoas. Também conversei com profissionais que lidam diretamente com situações do uso e comércio das drogas em suas profissões e qual a visão desses sobre a política de repressão e como isso atinge o trabalho desenvolvido por eles.

A primeira reportagem traz o relato de um usuário de maconha. Chegar aos usuários e ter sua confiança para que contem suas histórias é um processo demorado. Essas pessoas sofrem constantemente com questões de estereótipo. Foi complicado encontrar alguém que falasse abertamente, mesmo que esse relato fosse anônimo, pois não é fácil para essas pessoas falarem seguramente sobre suas experiências. Gostaria de ter conversado também com usuários de outras substâncias por entender que a dinâmica de comércio e de uso de cada droga é diferente, porém é um processo que exige ganhar confiança dessas pessoas e que leva tempo. Os usuários de maconha são mais abertos, talvez por terem coletivos organizados e pelas questões relacionadas a *cannabis* serem mais esclarecidas atualmente.

Também conversei com traficantes, que têm seus depoimentos na segunda reportagem. Os dois traficantes que entrevistei são do varejo do comércio de drogas ilícitas, a ponta do comércio, eles não andam armados e não tem qualquer tipo de proteção, então têm de manter todo o cuidado com suas relações para que não sejam “descobertos”. Os dois se mostraram muito amigáveis e receptivos, além de uma necessidade de externar suas experiências. A. é mulher, tem quase 50 anos, 5 filhos, moradora de periferia, entrou para o comércio de drogas ilícitas por necessidade de renda. L. é homem, tem pouco mais de 20 anos, mora com amigos

em um bairro central, também é usuário de maconha e começou a comercializar a droga pelos amigos que tinham interesse em comprar, mas não queriam se arriscar indo até pontos nas vilas da cidade que comercializavam a droga.

Conversar com um policial civil, que fez parte do DENARC-RS, e é porta-voz de uma organização que é a favor da legalização de todas as drogas, a Leap-Brasil, foi um relato interessante para que o leitor compreendesse questões de quem está do outro lado também. Diego Ferreira tem uma visão diferente da maioria dos profissionais da área por conta de seu interesse de estudar sobre o tema. Como ele mesmo conta, os policiais não têm conhecimento sobre drogas, apenas sobre a aplicação da legislação, o que faz com que reproduzam estereótipos e estigmas. Diego demonstra o quanto é importante esse esclarecimento por parte de policiais, juristas, profissionais que lidam com a aplicação de leis.

O depoimento de redutores de danos, que vivenciam a realidade dos usuários, principalmente dos que estão em situação de vulnerabilidade, é importante para entender como funciona o trabalho que fazem e como isso ocorre de forma mais humanizada, prevenindo doenças e outras consequências do uso da droga, tratando essas pessoas como sujeitos autônomos e capazes de fazerem suas próprias escolhas.

Também trago o relato do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), sobre sua experiência com a questão das drogas e como o tema lhe despertou interesse. O deputado criou um projeto de lei que pretende regulamentar a produção, comércio e consumo da maconha no Brasil. Wyllys traz sua experiência pessoal e profissional que lhe fizeram mudar a concepção que tinha sobre drogas.

5.5 POLÍTICA DE “GUERRA ÀS DROGAS”

Com base nas informações obtidas e pretendendo humanizar o relato e sensibilizar o leitor sobre a questão que utilizo os termos “guerra às drogas” e “combate às drogas” entre aspas, pois se entende que não se faz guerra a substâncias, mas sim em relação a pessoas. É preciso encarar a questão com base na desconstrução de preconceitos e estereótipos historicamente tecidos e arraigados na subjetividade, que desumanizam segmentos da população historicamente difamados, alienando-os de seus direitos fundamentais.

Não é tarefa das mais fáceis enfrentar a demagogia punitiva e a hipocrisia que norteiam o debate sobre drogas ilícitas. O tema tem sido massivamente entendido como “epidemia”, em especial relacionado aos usuários de *crack*, configurando-se como indesejáveis. Insiste-se na

ideia de vincular tratamento à noção de castigos, resultado da natureza descontextualizada política e historicamente. A questão das drogas ilícitas está cercada de falácias e preconceitos, há uma série de impactos negativos da política de repressão – violência, corrupção policial, insegurança, milhares de mortes, criminalização das comunidades pobres e periferias urbanas, superlotação de presídios – que são ofuscados em relação ao discurso moralista que norteia essa política. Culpam-se as drogas, quando na verdade é o sistema adotado para lidar com elas que cria essa situação.

5.6 PRODUÇÃO GRÁFICA

Como visto anteriormente, a estética também é importante ao transmitir determinada informação por carregar significados que serão absorvidos pelo leitor. Essa afirmação foi decisiva para que também se pensasse a série de reportagens esteticamente. Muitas vezes, apenas o texto não basta para prender o leitor e fazer com que ele não pare a leitura antes do final da reportagem. A diagramação tem papel fundamental para uma boa estética visual. Títulos, subtítulos, box, capitulares, fotos, entre outros elementos de diagramação têm o objetivo de proporcionar não apenas uma reportagem mais atraente, mas também guiar a leitura, destacando determinados pontos e opiniões.

Organizou-se a disposição do texto e das imagens de maneira que a leitura ocorra de forma agradável e fluída. Para tanto, foi essencial pensar uma página arejada, trabalhando com uma ou duas colunas de texto e organizando as informações a partir de sua importância e na ordem a qual se deseja que sejam lidas, procurando desenvolver equilíbrio na relação figura-fundo. Padronizações de identidade também foram pensadas no projeto – como tipografia, cores, elementos gráficos, entre outros – para que o leitor consiga identificar e diferenciar elementos como títulos, subtítulos, textos e legendas.

A função da diagramação é dar uma estrutura visual às mensagens que complete e sirva de suporte à informação. Aspectos como as ideias que as palavras, ilustrações e/ou fotos devem representar, a importância dos elementos gráficos que serão utilizados e sua ordem de apresentação são decisões que colaboram com a forma como a informação será recebida pelo leitor.

Outro item muito importante da diagramação é a legibilidade, uma vez que, se o material não estiver claro e legível, certamente o leitor perderá o interesse pelo conteúdo. Por isso, foi importante levar em consideração o espaço onde o texto foi diagramado e como se ficaria legível quando impresso.

A fonte escolhida para os textos foi Cambria tamanho 10, devido à legibilidade da fonte e buscando seguir um padrão. Porém, os títulos não seguem esse padrão, pois busquei usar fontes variadas com a intenção de aproximação da temática. Busquei seguir um padrão também na utilização dos boxes de informações, que possuem o mesmo formato, mesmo sendo utilizadas cores diferentes. Também há um padrão na data no final das páginas, sendo utilizada a mesma fonte e seguido o mesmo modelo em todas as páginas, com exceção daquelas que possuem ilustrações e que possa ser comprometida a visualização das mesmas.

Como visto no segundo capítulo, questões como a hierarquização, identidade, fontes tipográficas, cores, imagens, texto e legibilidade, são importantes diretrizes na diagramação. Para que os elementos visuais se tornassem um atrativo à informação, foi preciso trabalhar essas diretrizes nos recursos gráficos utilizados.

Busquei trabalhar, na série de reportagens, com ilustrações que chamassem a atenção para a temática sem cair nos estereótipos muitas vezes representados. Reportagens sobre drogas geralmente utilizam-se de imagens de usuários, “cracolândias”, drogas apreendidas. Procurei dar um foco diferente, usando uma paleta de cores variadas, ilustrações diferenciadas que remetem à temática. Quando as fotos que utilizei, em três casos foi devido à fatos históricos e o protagonismo dessas pessoas nesses fatos: o presidente estadunidense, Richard Nixon, a primeira-dama estadunidense, Nancy Reagan, e o presidente uruguaio, José Mujica. Em outros três casos, são fotos de usuários, que não são identificados, buscando remeter a naturalização do consumo dessas drogas.

Mesmo buscando seguir um padrão, procurei trabalhar em cada reportagem com ilustrações, formas e cores que remetessem à cada temática desenvolvida. Na capa, utilizei uma ilustração com uma logo criada para a série de reportagens. Ao fundo, há formas abstratas com cores variadas, no centro uma boca com a logo na língua, remetendo ao consumo do produto para desentorpecer a razão do leitor. O título da série de reportagens, “Desentorpecer a razão”, remete ao texto da juíza aposentada e diretora do Leap-Brasil, Maria Lucia Karam, em que Karam relata que somente uma razão entorpecida é capaz de manter o proibicionismo.

5.7 JORNALISMO DE REVISTA

Pensando nas questões visuais, assim como o estilo textual pretendido, optei pelo jornalismo de revista por ser o que melhor corresponderia às minhas expectativas. A

reportagem pensada para esse suporte influencia a escrita e também a estética, dando mais liberdade e espaço tanto para utilização de determinados elementos visuais, como um texto mais extenso e elaborado.

Também pensando nas questões de mercado, o trabalho se aproxima aos realizados pelas agências de conteúdo que produzem material para o mercado corporativo e veículos de imprensa, sendo responsáveis pela pauta, reportagem e produção gráfica. Ou seja, a série de reportagens produzida para este trabalho foi pensada, também, como um material que pode ser apresentado para alguma revista que tenha em sua linha editorial espaço para temáticas e abordagens como a proposta aqui.

A ideia inicial era também produzir conteúdo exclusivo para a web, porém, pela falta de tempo e habilidades técnicas para tal função, optei por disponibilizar o PDF da série de reportagens na web, com a ideia de maior acesso à informação. Com a finalização do trabalho, a intenção é a disponibilizar a série de reportagens em alguma plataforma digital, a fim de que mais pessoas tenham acesso a ela, inclusive organizações e pessoas que tem interesse pelo tema ou que trabalham com questões referentes à temática das drogas.

5.8 APRENDIZADO E ADVERSIDADES

Ao optar por realizar um projeto experimental na conclusão do curso, tinha o objetivo de realizar algo que me aproximasse da prática jornalística e que me fizesse refletir sobre questões éticas com as quais os profissionais se deparam em sua rotina de trabalho. Identificando uma carência de abordagens sobre determinado assunto, busquei apresentar perspectivas ainda pouco exploradas. Finalizo esse exercício refletivo sobre o (meu) *fazer* jornalístico discorrendo sobre os obstáculos enfrentados nesse percurso e naquilo que aprendi com essas adversidades.

O primeiro obstáculo do trabalho foi a questão do deslocamento para a realização das entrevistas. Após o início da pesquisa e dos mapeamentos de materiais sobre a temática, percebi que muitas das fontes que almejava entrevistar estavam geograficamente distantes. Em seguida, essa dificuldade apontou para uma nova forma nos processos de apuração, juntamente com as informações coletadas na web e em outros dispositivos já citados. Compreendi que mudar para o digital pode significar apenas contar com novas ferramentas para fazer o mesmo.

Escrever sobre algo que ainda está em movimento também pode ser algo complicado. Mesmo tendo a segurança da história para recorrer, atualmente existem muitas discussões e processos em andamento sobre a questão das drogas ilícitas, como o julgamento do Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário (RE) 635659, no qual se discute a constitucionalidade da criminalização do porte de drogas para consumo próprio, que está suspenso até o momento do fechamento desse trabalho. Logo, foi difícil determinar um fechamento para as reportagens, saber o momento de parar a apuração, pois a todo instante surgem novos acontecimentos e novos estudos sobre o tema.

Tive um caso isolado de uma fonte – que não foi citada nas reportagens – que foi pouco amigável e se demonstrou incompreensiva com meu trabalho, sendo que é alguém que discute a questão das drogas há bastante tempo. Uma outra pessoa de uma instituição onde conversei com alguns redutores de danos também tentou impedir que meu trabalho de recolher esses depoimentos fosse realizado. Esse fato se deu também por incompreensão em relação ao trabalho que eu estava tentando desenvolver. Essa segunda pessoa teve péssimas experiências com veículos de comunicação, então, mesmo que não justifique, é compreensível que tenha tido tal reação. Mesmo assim, nenhum desses fatos me causou problemas ou impediu que eu realizasse meu trabalho.

A realização das entrevistas em que coletei os depoimentos colocados no início de cada reportagem também foi trabalhosa pela dificuldade de encontrar usuários e pessoas ligadas ao comércio de drogas ilícitas abertas a falar sobre o tema. Essas pessoas costumam não ser muito acessíveis por motivos óbvios de segurança e discriminação. Porém, acredito que tenha valido a pena correr atrás dessas informações, por proporcionarem um viés mais humanizado e que aproxima o leitor da realidade. Não são somente fatos e dados, são pessoas que lidam com isso no seu cotidiano contando suas histórias.

Com a realização desse projeto experimental, pude refletir sobre as questões de responsabilidade social do jornalismo através da qualificação da informação e da promoção dos direitos humanos. Tive a oportunidade de saber as adversidades e, principalmente, as recompensas de se fazer um trabalho independente e autônomo. Tive o privilégio de ouvir histórias, adquirir conhecimento e fazer um trabalho humanizado, que proporcione esclarecimentos sobre um tema que, apesar de sua importância, ainda é pouco problematizado. Posso afirmar que esse trabalho me proporcionou um grande crescimento pessoal e intelectual, além de me deixar mais confiante e preparada como profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho, pude confirmar que há sim um outro modo de falar sobre drogas, que foge do que habitualmente é feito pela mídia tradicional, buscando outras formas de narrar, abordar e de aprofundar a questão, sem cair nas abordagens do senso comum. Apesar de a temática aparecer mais frequentemente na mídia, ainda não é problematizada de forma mais aprofundada, além de, na maioria das vezes, fundamentar seu discurso no senso comum, fortalecendo estereótipos e estigmas, sem abrir espaço para uma discussão mais ampla sobre a política de “guerra às drogas” e todos os âmbitos afetados por essa política. Assim, um relato mais humanizado e fundamentado em dados e fatos, para além do senso comum, pode proporcionar esclarecimento do leitor, fazendo com que ele reflita sobre sua realidade, desconstruindo esses estereótipos e estigmas que permeiam o tema.

O texto jornalístico, como problematizado anteriormente, não é imparcial, pois carrega juízos, interesses e pontos de vista que colaboram para a atribuição de significados do leitor. Também é improvável que se consiga olhar o tema de fora, sem considerar nossas experiências e repertório. Sendo assim, cabe ao jornalista e aos veículos midiáticos buscar a ética que justifique sua parcialidade.

O gênero reportagem mostrou-se como a melhor forma de trabalhar com a temática, podendo contemplar aspectos e detalhes que não poderiam ser explorados em uma notícia, por exemplo. Para melhor explorar esse gênero, escolheu-se trabalhar com o jornalismo de revista, tendo em vista que este é um espaço privilegiado da reportagem, proporcionando a utilização do texto e recursos visuais pensados para esse suporte, de forma a criar uma identidade visual e uma melhor compreensão do leitor.

Os métodos utilizados para a obtenção de dados e entrevistas se mostraram eficientes para que fosse realizado um bom trabalho de outras formas, pois conseguiu-se acesso a esses materiais com mais facilidade e sem que se perdesse a essência dos mesmos, tendo acesso a uma série de estudos atualizados sobre o tema. Uma proposta que se pretendia explorar, tendo em vista a facilidade do acesso e discussões sobre o tema nos ambientes digitais, era uma plataforma desenvolvida na web para veicular as reportagens. Essa possibilidade foi descartada pela falta de tempo e recursos disponíveis. Porém, é algo interessante para ser explorado dentro do gênero reportagem, tendo em vista as possibilidades e formatos que a web proporciona. Deu-se preferência pela reportagem impressa por entender-se que seria a

forma mais adequada de se trabalhar com o jornalismo de revista, mas também pensando em veicular esse conteúdo na internet. Por isso, desenvolveu-se o PDF do dossiê.

A questão das drogas é um assunto que pode ser explorado e aprofundado em diversos âmbitos. Escolhemos aqueles que consideramos de maior urgência para serem explorados neste projeto experimental, também pela questão de tempo e de fechamento do trabalho. Algo que também pode ser explorado dentro do tema é a questão de gênero relacionada aos usuários de drogas, algo que demanda um recorte mais afunilado em relação ao consumo de drogas, aqui retratado pela redução de danos. Pela questão de *deadlines* e ritmo acelerado das grandes redações, algo a se propor seria um manual para jornalistas que fossem lidar com esses atores sociais em situação de vulnerabilidade, como os usuários e traficantes, para que não reproduzam discursos estereotipados.

O projeto experimental proporciona um grande aprendizado sobre o fazer jornalístico. Os aspectos trabalhados na elaboração da pauta, coleta de dados, realização de entrevistas, entre outros, unidos à reflexão teórica, proporcionam um exercício reflexivo sobre a prática, necessários para entender, como se buscou nesse projeto, a responsabilidade que o jornalista tem para com a sociedade, devido a influência exercida sobre a mesma. Dessa forma, temas mais complexos exigem do jornalista maior atenção com o processo de construção da pauta. Essas discussões têm de ser ampliadas para o público, de forma que não fiquem restritas ao ambiente acadêmico e a coletivos. Também deve-se procurar por fontes e organizações confiáveis e que tenham conhecimento sobre o tema desenvolvido.

A partir da reflexão do fazer jornalístico, é possível entender e explorar novas formas de se trabalhar com temas complexos e carregados de discursos preconceituosos. A reportagem possibilita aprofundar a pauta de forma que se possa explorar as particularidades do tema. E, com o jornalismo de revista, é possível se utilizar de recursos gráficos e disposição de texto para possibilitar ao leitor uma leitura atrativa. Além de buscar esses recursos, no caso da política de “guerra às drogas”, abordada neste trabalho, a temática exige um olhar para além dos fatos, levando em conta as histórias, vidas e particularidades envolvidas.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. (orgs) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BÖES, Guilherme Michelotto. “**Crack, nem pensar**”: um estudo sobre mídia e política criminal. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/1766>. Acesso em 20 out. 2015.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. Desmistificando o velho paradigma. Jornalismo não se divide em opinião e informação. In: CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'Aquém e d'Além Mar: Percursos e Gêneros do Jornalismo Português e Brasileiro**. Santarém: Jortejo, 1998.
- FURTADO, Thais. O aprofundamento como caminho da reportagem de revista. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. (orgs) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 149-160.
- FREIRE FILHO, João. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **ECO-PÓS**, v. 7, n. 2, ago-dez. 2004, p. 45-71.
- GRUSZYNSKI, Ana; CALZA, Márlon Uliana. Projeto gráfico: a forma de um conceito editorial. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. (orgs) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 203-220.
- HOELTZ, Mirela. **Design Gráfico: dos espelhos às janelas de papel**. Universidade de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul, 2001.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Ática, 2003.
- LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- NATANSOHN, Graciela *et al.* Revista online: do papel às telinhas. In: NATANSOHN, Graciela. (org) **Jornalismo de revista em redes digitais**. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 11-28.
- RESENDE, Fernando. Representação das diferenças no discurso jornalístico. **Brazilian Journalism Research (Online)**, v. 10, p. 206-223, 2014.

SAAD, Luísa Gonçalves. “**Fumo de negro**”: a criminalização da maconha no Brasil. 2013. 139 f.. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/Fumo-de-Negro.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

SAMPAIO, Amanda; SILVA; Waldenia Marcia da; FONTENELE, Klycia. **O crack na imprensa local**: análise de uma série de reportagens sobre o crack em Fortaleza. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Juliana%20de%20Oliveira%20Teixeira.pdf> Acesso em 20 out. 2015

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2008.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**: Notas sobre a Narrativa Jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, Márcia Rebeca de; OLIVEIRA, Jeane Freitas de. Fenômeno das drogas: análise de reportagens veiculadas em um jornal de Salvador. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 22/v. 23, n. 1, 2, 3, p. 145-156, jan./dez. 2008. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/4994/3628> Acesso em 20 de out. 2015.

TEIXEIRA, Juliana de Oliveira. A importância dos componentes gráficos para a visualidade. In: III Encontro Nacional de Estudos da Imagem. **Anais...** Londrina, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais2011/trabalhos/pdf/Juliana%20de%20Oliveira%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

VOGEL, Daisi. Revista e contemporaneidade: imagens, montagens e suas anacronias. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. (orgs) **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 17-26.

APÊNDICE

CD contendo o PDF das reportagens.